

Câmara define o comando de comissões

MATEUS SOARES
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) realiza hoje (25) a votação para definir os presidentes e vice-presidentes das comissões temáticas. O anúncio foi feito durante a primeira sessão ordinária após o Carnaval.

A escolha estava prevista inicialmente para ontem (24), mas foi remarçada pela presidência sob a justificativa de permitir melhor organização dos colegiados, com possibilidade de mudanças nas comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e de Planejamento Urbano.

O presidente da Casa, Carlos Muniz (PSDB), afirmou que a alteração segue o que determina a legislação e que as indicações cabem aos partidos. Ainda segundo o vereador tucano, após a definição das comissões, o

Legislativo deve iniciar a análise do Plano Municipal de Segurança Pública.

CCJ
Nos bastidores do Paço Municipal, a principal disputa envolve o comando da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final (CCJ), considerada estratégica por ser responsável pela análise prévia da legalidade das proposições antes da votação em plenário. O futuro presidente substituirá o vereador Sidninho, do PP.

Entre os nomes que articulam apoio está Alexandre Aleluia, do PL, que já presidiu o colegiado em 2021 e tem relação próxima com a presidência da Casa, além de ter conduzido a comissão sem conflitos relevantes. Porém, pesa a avaliação de que sua possível candidatura nas eleições de outubro poderia reduzir sua dedicação ao colegiado. O edil é pré-candidato a deputado federal e deverá migrar para o Partido Novo.

Outro nome é o vereador Paulo Magalhães Júnior, do União Brasil, que presidiu a comissão entre 2023 e 2025 e aponta como trunfo a deliberação de mais de mil matérias no período, além da proximidade política com o atual prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil).

Contra ele, interlocutores citam o desgaste provocado por um suposto descumprimento de acordo político firmado em 2024 com o vereador Claudio Tinoco (União Brasil) para revezamento no comando da comissão.

Vale lembrar que a CCJ exerce papel central no processo legislativo municipal. Cabe ao colegiado analisar se os projetos apresentados estão de acordo com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município, funcionando como um filtro que decide se as propostas podem seguir tramitando ou se devem ser arquivadas por ilegalidade ou



A CÂMARA Municipal de Salvador (CMS) realiza hoje (25) a votação para definir os presidentes e vice-presidentes das comissões temáticas

inconstitucionalidade.

Também é responsabilidade da comissão revisar a redação final das matérias aprovadas, garantindo adequação técnica antes do envio ao Executivo, além de se manifestar sobre aspectos regimentais e examinar propostas estruturantes, como emendas à Lei Orgânica e projetos de maior impacto administrativo.

Seleção

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), informa a abertura de duas oportunidades no âmbito do Projeto BRA/24/018 – “Procuradoria Geral do Estado da Bahia: soluções jurídicas inovadoras e eficientes”, voltadas ao fortalecimento da gestão de pessoas e da integridade institucional.

Está aberto o processo seletivo para contratação de consultor(a) nacional, pessoa física, por produto, para atuação em consultoria especializada em Gestão de Pessoas por Competências. A iniciativa tem como finalidade elaborar insumos técnicos que subsidiarão a implantação do modelo de gestão por competências na PGE-BA, em alinhamento ao Plano Estratégico 2024–2027.

PNAD

Neto dispara contra PT após Bahia ter 2º pior salário



ACM NETO reagiu ontem (24) aos números da Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE, que apontam a Bahia com o segundo salário médio mais baixo do Brasil

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Pré-candidato ao governo do Estado pelo União Brasil, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto reagiu ontem (24) aos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo IBGE, que apontam a Bahia com o segundo salário médio mais baixo do Brasil. Segundo o levantamento, os trabalhadores baianos recebem, em média, R\$ 2.284 por mês.

Vale lembrar que, na edição anterior da pesquisa, entre 2024 e 2025, a Bahia tinha o terceiro menor valor. Em 2025, foi superada pelo Ceará (R\$ 2.394) e caiu uma posição no ranking nacional dos rendimentos de trabalho, ficando acima apenas do Maranhão (R\$ 2.228).

Ao comentar os dados, Neto atribuiu o resultado às sucessivas gestões petistas no estado e à atual administração estadual. “Até quando a gente vai continuar vendo notícias como essa e fingindo que os 20 anos de PT na Bahia não têm nada a ver com isso?”, questionou o pré-candidato, principal opositor do governador Jerônimo Rodrigues (PT).

Economia

O ex-prefeito também relacionou o desempenho econômico ao governo Jerônimo

Rodrigues. “Segundo a pesquisa, a situação da Bahia piorou durante a gestão de Jerônimo Rodrigues, sendo ultrapassada pelo Ceará. Perceberam que com Jerônimo no governo a Bahia só desce a ladeira?”, voltou a indagar Neto.

Em sua fala, Neto comparou os rendimentos da Bahia com os de outros estados. “A média salarial do Brasil é R\$ 1.300 a mais do que a Bahia. Já o trabalhador do Rio de Janeiro recebe quase o dobro do trabalhador baiano”, disse.

O ex-prefeito questionou os motivos para o cenário apresentado: “O que explica isso? Por que todos esses estados conseguem pagar bem mais para os seus tra-

balhadores e a Bahia não consegue?”.

ACM Neto afirmou também que os números refletem diretamente na realidade de muitas famílias baianas. “Depois de 20 anos do PT, nós somos obrigados a ver jovens, pais e mães de família, trabalhadores do interior tendo que deixar a Bahia para buscar oportunidades melhores em outros estados”, declarou o ex-prefeito.

Neto projetou um cenário diferente para o estado. “Eu acredito numa Bahia onde o filho do trabalhador, o filho do pobre tenha o direito de sonhar mais alto e ter condição de realizar esse sonho aqui, sem precisar ir embora”, completou.

Primeira pesquisa registrada de 2026 aponta reeleição de Jerônimo

No primeiro cenário, com todos os pré-candidatos, petista aparece com 52,51%

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A primeira pesquisa registrada para a eleição de 2026 ao Governo da Bahia indica vantagem ampla do governador Jerônimo Rodrigues (PT) na largada da disputa. O levantamento, encomendado pelo Política ao Vivo ao Instituto TML, mostra que, se o pleito fosse hoje, o petista seria reeleito ainda no primeiro turno, superando a marca dos 50% dos votos válidos em um dos cenários estimulados.

No primeiro cenário, com todos os pré-candidatos colocados até o momento, Jerônimo aparece com

52,51% das intenções de voto, contra 35,65% de ACM Neto (União). José Carlos Aleluia soma 1,03% e Ronaldo Mansur, 0,93%. Brancos e nulos chegam a 0,93%, enquanto 8,95% disseram não saber ou não opinaram. Nesse quadro, o atual governador ultrapassa a maioria absoluta dos votos válidos e venceria a eleição sem necessidade de segundo turno.

Em um segundo cenário estimulado, considerando apenas Jerônimo e ACM Neto, a vantagem é ainda maior. O governador registra 54,24%, enquanto o ex-prefeito de Salvador marca 37,70%. Brancos e nulos somam 0,73% e 7,33% não souberam ou não

opinaram.

Na pesquisa espontânea, quando os nomes não são apresentados previamente, Jerônimo lidera com 22,54%, seguido por ACM Neto, com 15,94%. João Roma aparece com 2,10% e Rui Costa com 2,05%, embora os dois últimos não sejam pré-candidatos ao Governo.

O levantamento também mediu a avaliação da gestão estadual. Na análise por conceitos, 33,05% classificam o governo como bom, 9,63% como ótimo e 27,24% como regular. Já 14,33% avaliam como ruim e 6,36% como péssimo, enquanto 9,39% não souberam ou não opinaram. Em pergunta direta, 53,20% afirmam aprovar a

administração de Jerônimo, contra 32,08% que desaprovam. Outros 14,72% não opinaram.

Para o Senado, a pesquisa mostra liderança de nomes ligados ao grupo do governador. Rui Costa aparece com 28,67% das intenções de voto, seguido por Jaques Wagner, com 23,22%. João Roma tem 16,12% e Ângelo Coronel registra 11,51%. Marcelo Nilo soma 3,97% e Delliana Ribeiro, 1,03%. Brancos e nulos chegam a 2,27%, e 13,21% não souberam ou não opinaram. O levantamento está registrado no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia sob o número BA-07735/2026. Foi realizado entre 18 e 21 de fevereiro.



A PRIMEIRA pesquisa registrada para a eleição de 2026 ao Governo indica vantagem ampla do governador Jerônimo Rodrigues (PT) na largada da disputa

Motta diz que há acordo com o governo para votar PL Antifacção

LUIZ CLAUDIO FERREIRA
AGÊNCIA BRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos - PB), diz que há um acordo com o governo federal para poder votar o Projeto de lei Antifacção. A votação pode ocorrer ainda nesta terça-feira (24).

O projeto é discutido no Congresso Nacional desde 31 de outubro do ano passado, data em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a matéria para ser analisada.

Na Câmara, o texto foi

modificado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) e não houve consenso entre os líderes dos partidos para votação em 2025. Motta, em entrevista nesta terça à imprensa, afirmou que, depois de uma longa discussão, foi possível entendimento com a equipe técnica do governo para finalmente votar o projeto.

“Sem amplas divergências como tivemos na outra votação aqui na Câmara dos Deputados. Isso, na minha avaliação, é um esforço conjunto para que possamos colocar a segurança pública, o enfrentamento às facções cri-

minosas como prioridade”, afirmou o presidente da Câmara.

Ele afirmou que a votação é fundamental para enfrentar o avanço do crime organizado. “Eu penso que o PL Antifacção traz o endurecimento de penas e uma atualização desse novo marco legal”. Segundo Motta, o projeto terá o nome do ex-ministro Raul Jungmann (que morreu em janeiro).

O presidente da Câmara afirmou que, para o acordo de votação, houve a participação do ministro da Justiça e da Segurança Pública, Wellington Lima e Silva.

Moraes manda notificar Eduardo sobre abertura de ação penal

ANDRÉ RICHTER
AGÊNCIA BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta terça-feira (24) que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) seja notificado por edital sobre a abertura de uma ação penal pelo crime de coação no curso do processo.

Com a publicação da notificação no Diário Eletrônico da Justiça, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está nos Estados Unidos, terá prazo de 15 dias para entregar

defesa no processo, que foi aberto oficialmente na semana passada.

A partir de agora, o ex-deputado poderá indicar testemunhas, apresentar provas de inocência e pedir diligências específicas que sejam interessantes para sua defesa. Se optar por não apresentar defesa, Moraes poderá determinar que a defensoria pública assuma o caso.

Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do

ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Eduardo está nos Estados Unidos desde fevereiro do ano passado. No final de 2025, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu cassar o mandato de Eduardo Bolsonaro. A decisão foi tomada após ele deixar de comparecer a um terço do total de sessões deliberativas da Câmara dos Deputados, conforme prevê a Constituição.